



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de abertura da 8ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

Brasília-DF, 07 de março de 2005

Meu querido companheiro senador Renan Calheiros, presidente do Senado Federal, em nome do qual eu gostaria de cumprimentar a todos os senadores que estão aqui presentes,

Meus companheiros ministros,

Meus companheiros deputados federais,

Meus queridos prefeitos e prefeitas,

Meu caro Edson Vidigal, presidente do Superior Tribunal de Justiça,

Meu querido companheiro Adylson Motta, presidente do Tribunal de Contas da União,

Meu querido companheiro Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos Municípios,

Meu querido João Paulo Lima, presidente da Frente Nacional de Prefeitos,

Meu querido José do Carmo Garcia, presidente da Associação Brasileira de Municípios,

Meus amigos, minhas amigas,

Prefeitos e prefeitas do Brasil,

Secretários de Estado,

Secretários municipais,

Antes de fazer o meu pronunciamento, quero dizer aos prefeitos que, num público em que 70% deles ou delas estão exercendo o mandato de prefeito a partir do dia 1º de janeiro deste ano, é importante considerar as



mudanças que aconteceram no Brasil nos últimos tempos. Não dá para a gente não valorizar o exercício dos avanços democráticos conquistados pelas marchas que os prefeitos fazem a Brasília.

E nós só vamos conseguir valorizar isso com muita força se nós lembrarmos que houve um tempo em que isso era praticamente impossível, ou porque no governo federal não havia disposição para receber prefeitos e prefeitas – a não ser que fosse individualmente, se algum deputado ou senador tivesse mais próximo da autoridade que devesse receber – ou, muitas vezes, os movimentos dos prefeitos ficavam isolados nos estados e não tinham a dimensão nacional que vocês ganharam nesses últimos anos.

Então, é importante valorizar os degraus da democracia que nós conquistamos, porque sem eles tudo é mais complicado, tudo é mais difícil. Eu mesmo, quando era deputado, lamentava profundamente a vinda a Brasília de prefeitos de vários partidos políticos com quem eu tinha amizade e, muitas vezes, esses companheiros perambulavam pelos hotéis de Brasília, pela porta dos Ministérios, andando de corredor em corredor e voltavam para casa depois de dois, três dias, sem conseguir sequer conversar com o presidente da Caixa Econômica Federal, que aliás está aqui, o nosso querido companheiro Jorge Mattoso, que até se deu ao luxo – numa demonstração de que a Caixa não é dele, a Caixa é para atender a sociedade brasileira, e os prefeitos – de criar uma sala especial para atendimento dos prefeitos, aqui, em Brasília.

E esses avanços só foram possíveis porque houve um amadurecimento. Vejam, o Brasil teve um ministro da Educação, chamado Eduardo Portela, me parece até que era um acreano, que uma vez fez uma declaração dizendo: “Eu não sou ministro, eu estou ministro.” Parece uma frase qualquer, mas se todos os governantes, prefeitos, vereadores, governadores, deputados estaduais, senadores, deputados federais e presidente da República, tivessem essa frase como paradigma para o seu comportamento, nós seríamos muito mais humildes na nossa relação com a sociedade, nós atenderíamos os outros com



muito mais carinho, porque na verdade, nós estamos exercendo um cargo, depois do nosso mandato, o que nós vamos fazer? Cada um vai voltar para a sua vida particular.

E se ele não foi uma pessoa que tratou os outros bem, vai perceber que os amigos já não estão esperando por ele, que os amigos já fizeram outra amizade, que ele vai ter que construir uma nova relação de amizade. E vocês sabem que nem todo mundo sabe viver sem côrte, e esse é um trabalho psicológico de muita profundidade, em que a gente tem que ter consciência de que o mandato é muito passageiro, portanto, nós voltamos a ser o que éramos antes. Não há a eternidade da função e é bom que seja assim, porque senão a democracia correria um sério risco.

Então, eu penso que nós tivemos avanços excepcionais, e é por isso que os ministros têm orientação e obrigação, primeiro de virem aqui, eu não sei se são 12 que vão vir, mas se precisar tem mais ministro disposto a vir debater todo e qualquer assunto, porque não tem assunto que não possa ser debatido.

Também dizer aos companheiros, prefeitos, prefeitas e à direção do Movimento, que eu fui deputado constituinte, participei dos avanços extraordinários que as prefeituras conquistaram e tiveram sorte os prefeitos que começaram a governar em 1989. Pela primeira vez na história do Brasil, foi dada a dimensão de ente federativo às cidades brasileiras e os prefeitos que assumiram a partir de 1º de janeiro de 1989, possivelmente, tenham sido os prefeitos e prefeitas que mais tiveram dinheiro para administrar no período do seu mandato.

Não sei por que essa coisa começou a diminuir a partir de um determinado tempo, até dando a impressão de que tem gente que tem prazer de encontrar um prefeito com o pires na mão e não um prefeito, enquanto um companheiro representante de uma instância administrativa do nosso país.

É possível votar isso com a rapidez que todos nós desejamos para o padrão de 1989? Não é, meu querido Paulo, não é, Zé do Carmo, não é, João



Paulo. É um processo a ser construído, porque senão nós vamos ficar naquela do paciente que está com um cobertor curto e se ele cobrir a cabeça descobre o pé e se cobrir os pés descobre a cabeça. É preciso construir.

O que é importante é que vocês tenham claro que a esse governo não faltará disposição para que a gente construa isso e o fato de vocês fazerem uma marcha em qualquer época, e não conseguirem as coisas que vocês estão reivindicando, não é motivo nenhum para que vocês desistam e não venham na próxima. Pelo contrário, é motivo para vocês se fortalecerem muito mais e virem na próxima com muito mais força, porque “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”, todos nós aprendemos isso.

Neste momento em que nós temos 70% dos prefeitos, aqui, com três meses de mandato, na verdade, dois meses de mandato. Alguns ainda estão procurando saber o que aconteceu nas prefeituras; alguns encontraram a prefeitura bem administrada, numa situação favorável, ótima, o que eu acho difícil, mas de qualquer forma, se o companheiro sucedeu um companheiro do mesmo partido, há essa possibilidade, se o companheiro foi candidato à reeleição há essa possibilidade.

Mas eu conheço casos neste país, em cidades grandes e pequenas, que quando o prefeito toma posse, vai ver que a ambulância está só a carcaça, o motor foi levado embora, não está mais lá. Quando ele encontra o motor não tem o pneu. Isso existe, lamentavelmente, isso faz parte da cultura política do Brasil, que nós precisamos mudar e vamos mudar com um comportamento como este que vocês estão tendo neste momento histórico do Brasil, fazendo com que a sociedade enxergue que as prefeituras não são algo menor, que as prefeituras têm sua importância, e muito mais importante ela será, na medida em que a relação entre os entes federativos for civilizada como vocês deram a demonstração nestas oito marchas que fizeram a Brasília.

Você pode ficar certo, Paulo, você talvez seja a mais viva testemunha disso, talvez o Zé do Carmo também, de que se você comparar a relação entre



os entes federativos, hoje, com o que era há oito anos, você já entrou no reino do céu tal é a facilidade da relação que existe hoje. E é difícil, não pense que é fácil, não pense que foi de graça que nós conseguimos aprovar a questão do ISS; não pense que foi fácil passar uma parte da CIDE para as prefeituras, essas coisas são muito complicadas, porque quem não tem dinheiro quer mais, e quem tem não quer repartir. Então, é um trabalho imenso que tem que ser feito junto aos governadores, junto aos ministros, junto aos deputados federais, junto aos senadores, e eu acho que nós avançamos de forma se não excepcional, avançamos como jamais avançamos nessa relação no Brasil.

Eu participei, há muitos anos, quando tinha aquelas entidades municipalistas em São Paulo – fui convidado para vários debates – que, na verdade, não tinham o compromisso que vocês estão tendo, assumindo o compromisso que vocês estão assumindo, de fazer um encontro no seu estado, tirar uma pauta de reivindicação, vir para Brasília, juntar essa pauta de reivindicação, construir uma pauta que passará a ser um documento dos prefeitos do Brasil.

Naquele tempo, muitas vezes, as associações eram manipuladas por interesses muito, mas muito próximos à questão eleitoral. Então, eu quero dizer para vocês: não abram mão porque é uma conquista que não está ainda consolidada em leis, e nós precisamos ir consolidando, porque você sabe que mudam os hábitos, mudam os costumes e agora nós precisamos ir consolidando isso com muita força, para que os prefeitos no Brasil e as cidades sejam realmente tratados como devem ser. Por isso é que eu afirmei aqui, na primeira vez, e volto a reafirmar, que nós queremos, desejamos e trabalhamos para que a gente tenha municípios cada vez mais fortes, mais equilibrados, para que a gente tenha um melhor equilíbrio federativo no nosso querido país.

A minha presença e a presença de 11 ministros de Estado nessa 8ª Marcha dos Prefeitos significa o nosso empenho em fazer avançar a nova relação federativa fundada no fortalecimento dos municípios na construção de



uma agenda compartilhada e no fórum permanente de negociação.

O Comitê de Articulação Federativa representa um permanente espaço de negociação entre o governo federal e os municípios. É preciso que os novos prefeitos eleitos em 2004 saibam do renovado compromisso de nosso governo com o fortalecimento do poder local. E estejam certos de que esse compromisso sempre esteve acima da filiação partidária de cada um dos senhores e das senhoras.

Desde que assumimos o governo, em 2003, em especial no nosso primeiro encontro durante a 6ª Marcha, temos sido parte efetiva dessa caminhada. E por que eu preciso relembrar algumas coisas? Exatamente porque tem muitos prefeitos novos aqui. E pelo fato de ter muitos prefeitos novos aqui, que vão voltar para suas cidades, é importante que voltem conhecendo o que aconteceu.

A Lei Complementar nº 116, de 2003, ampliou a base tributária própria dos municípios. O Projeto de Lei do ISS tramitou por mais de 15 anos no Congresso Nacional e foi aprovado no ano passado, com o total apoio do governo.

A aprovação e sanção da Lei do Salário-Educação. Até o ano de 2003, os recursos eram repassados somente aos estados. A partir da nova lei, os recursos são repassados também aos municípios, segundo o número de matrículas na rede pública.

A aprovação e sanção da Lei do Transporte Escolar. A responsabilidade pelo custeio do transporte de alunos que residem ou estudam em escolas rurais passa a ser do município ou do estado que responde pela sua matrícula.

A aprovação da Lei dos Depósitos Judiciais. Essa, possivelmente, não tenha importância para as pequenas cidades, para as cidades muito pequenas. Mas para as cidades de porte médio, os prefeitos já sabem o significado da aprovação da lei dos depósitos judiciais. Esta lei dá aos municípios tratamento similar aos estados e à União e permite que os municípios tenham acesso a



recursos depositados judicialmente, sem diminuir a segurança jurídica do contribuinte.

Eu queria, aqui, fazer justiça. Eu, ainda em 2003, estava no meu gabinete e recebi um telefonema do companheiro Pimentel, prefeito de Belo Horizonte, pedindo para ter uma audiência comigo. E na audiência o Pimentel falou: “Mas Presidente, por que a União tem direito de sacar os depósitos judiciais, os estados têm e os municípios não têm?” Primeiro, eu nem sabia que existia essa lei. Na hora fomos atrás da lei. Primeiro, foi feito só para a União, depois de muita pressão os governadores começaram também a ter direito. E eu disse ao Pimentel: Bom, se o governador pode, se o governo federal pode, por que as prefeituras não podem? E fizemos com que as prefeituras tivessem acesso a essa lei para que possam, também os prefeitos das cidades que têm muito processo, ter um dinheiro sem fazer com que o cidadão que está processando perca ou tenha algum prejuízo. E isso tem trazido benefícios enormes para as cidades grandes deste país.

A inclusão de demandas e o apoio à propostas negociadas de interesse dos municípios no projeto de Reforma da Previdência enviado pelo governo federal ao Congresso Nacional. O texto aprovado fortalece os sistemas próprios de Previdência de municípios. A primeira parte da reforma tributária que contempla manutenção do ISS como base tributária própria dos municípios; participação na arrecadação da CIDE Combustíveis; participação no fomento às exportações; arrecadação integral ou parcial do ITR para os municípios; o Projeto de Lei sobre os consórcios públicos. Aí um dado sobre o ITR. Essa disputa do ITR é antiga. Ela está aqui, o Roberto Rodrigues sabe que há mais de 50 anos tenta fazer para tudo quanto é lado. Desde o tempo do Carvalho Pinto, já se tentou brigar, do Áureo Moura Andrade, ou seja, essa lei continua intacta, praticamente sem arrecadar 1% daquilo que poderia ser arrecadado, porque tem gente que acha que os tributos, mesmo estando na lei não valem para eles.



E eu acho que os municípios têm muito maior poder de pressão para que esses recursos possam aumentar um pouco a arrecadação dos nossos prefeitos para ajudar as nossas cidades. Além dessas conquistas, os 11 ministros de Estado, que estão aqui para dialogar com vocês, trazem um elenco de novas medidas para serem implementadas ao longo de 2005. Alguns exemplos: ampliação dos recursos para habitação. Estão disponíveis para este ano 10 bilhões e 700 milhões de reais. Esses recursos beneficiarão 644 mil famílias e gerarão 566 mil empregos.

Programa de Subsídio Habitacional: serão realizados leilões no valor de 450 milhões de reais.

Programa de Arrendamento Residencial: previsão de contratar 1 bilhão e 300 milhões de reais que irão beneficiar algumas milhares de famílias neste país. Crédito Solidário 2005 estima a contratação de no mínimo de 350 milhões de reais.

Programa Papel Passado de regularização fundiária: pretende conceder, até o final do ano, em colaboração com prefeituras e governos estaduais, aproximadamente 300 mil títulos sendo que desses, 100 mil com registro em cartório.

Campanha pelo Plano Diretor: até 2006, mais de 2000 municípios brasileiros têm a obrigação, prevista no Estatuto da Cidade, de elaborar um Plano Diretor com a participação da população. O governo federal ajudará financeiramente cerca de 400 municípios a elaborarem seu Plano Diretor Participativo.

Programa Bolsa Família: cuja meta para este ano é atender a 8 milhões e 700 mil famílias, eu quero fazer um apelo especial. Nós queremos chegar no final deste ano a 8 milhões e 700 mil famílias. Isso, se pegar a média de quatro pessoas por família, serão mais de 32 milhões de pessoas.

Eu queria pedir para os prefeitos que fizessem o cadastro como se estivessem cuidando dos seus filhos, da sua mulher, com a maior seriedade,



porque se a gente permitir um desvio, daqui a pouco estará a cara de um de vocês no Jornal Nacional sem saber por quê. Eu sei que não é o prefeito que está cadastrando, eu sei que são funcionários, que são secretários. Então, é preciso tomar cuidado, nós temos hoje uma estreita colaboração com parte do Poder Judiciário, com o Ministério Público em todos os estados para ver se a gente faz deste Programa um exemplo de coisa séria no Brasil, porque nós estamos habituados a ver momentos em que você pensa em dar 10 reais para um pobre e, daqui a pouco, você vai ver, o patrão do pobre é quem ficou com os 10 reais e ele não teve acesso a isso.

Então, essa é uma ajuda que eu peço a vocês porque este Programa é o primeiro indício para que a gente tenha quase que a obrigatoriedade das famílias colocarem seus filhos na escola.

Nós queremos fazer essas coisas partilhadas com vocês. Vocês sabem que grande parte dos programas que se faz, eles efetivamente têm que ser feitos em parceria com as prefeituras, porque mesmo que quisesse, o governo federal não teria como se espriar por quase 6 mil municípios no país e por 8,5 milhões de km². E se as cidades são entes federativos, nada mais justo do que essa co-responsabilidade para que a gente faça um programa juntos.

O Ministério da Saúde está investindo 738 milhões de reais em ampliação dos sistemas de abastecimento de água e também de rede de esgoto sanitário, coleta de resíduos sólidos e melhorias sanitárias em municípios com até 30 mil habitantes. Tudo isso deve beneficiar, este ano, por volta de 750 mil brasileiros e brasileiras.

Parte da arrecadação, e aí eu acho que vocês já receberam, que foi a primeira parte da arrecadação da CIDE, que já está sendo distribuída aos municípios, no caso específico dos municípios, esses recursos podem ser utilizados no financiamento da infra-estrutura de transporte coletivo, na melhoria das estradas vicinais ou aplicados em projetos, segundo interesses de cada localidade.



A inauguração, ainda neste mês, de 49 Telecentros de Informação e Negócios, e até dezembro, de 300 Telecentros. Telecentro é um espaço composto de 11 computadores, ligados entre si e conectados à Internet, que se propõe a ajudar os microempresários dos municípios brasileiros.

Após dez anos sem aumento, é importante os novos prefeitos saberem o seguinte: quando foi aprovada a merenda escolar, como o real era equivalente a um dólar, significa que nós aprovamos 13 cents de dólar, na verdade, para a merenda escolar. Depois o dólar passou a ser muito valorizado diante do real e nós continuamos com isso. Nós fizemos o primeiro reajuste, em 10 anos, do dinheiro da merenda escolar. O MEC reajustou em 116% o valor per capita da merenda escolar da pré-escola. O MEC estendeu ainda o benefício da merenda escolar para as creches públicas e filantrópicas. Essa inovação, além de garantir a segurança alimentar a milhares de estudantes, contribuiu para o aumento de matrículas, da frequência escolar e da melhoria dos cardápios.

No que diz respeito ao Fundef, houve um aumento real de mais de 20% no nosso governo. Este ano haverá também diferenciação, pela primeira vez, do valor mínimo do Fundef para as regiões urbanas e rurais.

O Ministério da Fazenda deve colocar à disposição um CD sobre “Gestão de Finanças Municipais, Legislação, Orientações e Informações Fiscais”. Se não está, deve ser colocado à disposição para que cada prefeito possa levar e ver se ele consegue fazer o melhor possível na sua administração.

Mas nós estamos aqui, nesta 8ª Marcha, para definir, juntos, as prioridades que temos pela frente. Eu poderia perguntar: Qual é a nossa agenda? Quais são as nossas perspectivas de avanço? Os três representantes que eu poderia dizer, das prefeitas e das cidades, falaram aqui.

Primeiro, nós precisamos da parceria dos prefeitos brasileiros para que a gente possa concluir a reforma tributária. Ela não pode ficar pela metade. Para isso, o trabalho de cada prefeito e prefeita é fundamental para apressar a



votação do projeto que está na Câmara dos Deputados. E o próprio projeto, Paulo, já prevê que aumentaria 1% no Fundo de Participação dos Municípios. Portanto, eu acho que nós temos que trabalhar, eu acho que os governadores também estão maduros. Você tem problemas em algumas regiões. Mesmo numa região que tem poucos governadores com problemas. Eu, na conversa com o líder do governo na Câmara, já ponderei que era preciso fazer uma reunião com todos os governadores para saber porque a gente não faz logo essa reforma tributária, para que a gente tenha tempo de se dedicar às mudanças futuras que possam atender a outras reivindicações das prefeituras brasileiras.

Segundo, aumentar a eficiência administrativa e a capacidade de gestão dos recursos nos municípios.

E, terceiro, atualizar o Protocolo de Cooperação Federativa, firmado em março de 2003. É essa atualização que, seguramente, será feita durante este evento, que possibilitará a redefinição de nossa agenda para os próximos três anos.

Queria lembrar a vocês também que vocês podem aprovar, porque vai ser garantida, aqui, a questão de que cada ministro vai criar – como tem junto ao gabinete do companheiro Aldo – uma assessoria para acompanhar os assuntos de interesse das prefeituras no nosso país, porque o que acontece, muitas vezes, é que vocês têm uma reunião com o ministro, voltam para suas cidades e aquela não é a preocupação prioritária do ministro. Ele acabou de atender vocês, vai viajar para Manaus, vai viajar não sei para onde, ou seja, é importante que tenha alguém com a finalidade prioritária de acompanhar cada processo desses que vocês articularem aí.

E eu queria terminar pedindo duas coisas para vocês. Primeiro, dizer aos prefeitos novos, sobretudo aos novos, que este é o ano em que darão sinais de como será a administração de vocês. Este é o ano em que, se vocês plantarem corretamente e adubarem corretamente, poderão ter uma colheita



razoável daqui a três ou quatro anos. E mesmo dentro das dificuldades que têm os prefeitos, é importante que vocês analisem, vocês peguem o orçamento dos prefeitos anteriores onde nem sempre as prioridades são aquelas que vocês prometeram durante o processo eleitoral. As mudanças que vocês queriam fazer, nem sempre é possível fazer com a rapidez que vocês gostariam. E vocês vão perceber que logo, logo, vocês estão apenas com três meses de governo... eu vou repetir isso, porque no ano passado eu falei para os prefeitos que estavam se retirando, que era o último ano, alguns iriam voltar reeleitos, outros não iriam voltar mais.

Então, eu queria dizer que vocês vão perceber muito rapidinho tudo aquilo que vocês estão reivindicando do governo federal ou do governo estadual, vão perceber que quando forem na periferia, o povo vai reivindicar de vocês a mesma coisa. E, possivelmente, vocês tenham que utilizar o mesmo discurso que alguém honesto tem que fazer. Se você tem dinheiro para fazer as coisas, não há por que não fazer. Mas se você não tem, não tem por que mentir também, fazer uma promessa para ver todo mundo feliz e depois passar dois ou três anos e não acontecer aquilo que foi prometido.

Essa relação de vocês com a cidade é que vai permitir que a gente possa ir tendo a certeza de que vamos construir um mundo político no Brasil, em que a sociedade vai estabelecer uma relação definitiva de confiança com aquele que foi eleito. Eu fui uma vez em Pirapora, Minas Gerais, os mineiros devem estar lembrados, na caravana de 1993, do São Francisco, fazia três meses que tinha havido eleição. Eu cheguei na cidade, o povo estava fazendo uma manifestação e pedindo a renúncia do prefeito. E me convidaram para ir. Eu falei: não vou, não vou porque vocês acabaram de eleger o homem, como é que vão pedir a cabeça do homem? Ele nem começou a administrar.

Esses dias foi a mesma coisa, eu fui a Caruaru. Não sei se está aqui o prefeito de Caruaru. Mas eu fui a Caruaru. Cheguei lá, um movimento para que o prefeito saísse. Mas ele tinha acabado de ser eleito. Se foi bom ou certo, o



povo é que vai julgar, se teve alguma coisa errada a justiça vai julgar, senão, a gente não passa a seriedade para o eleitor que votou em nós nas eleições.

E vocês que estão começando, vocês têm sorte, vocês têm a possibilidade de ajudar a melhorar a imagem que o povo construiu da administração pública brasileira. E para isso eu queria pedir duas coisas a vocês. Primeiro, eu queria que vocês tentassem ajudar a organizar nas cidades que vocês dirigem, cooperativas de crédito. Pegar os comerciantes e pedir que eles se organizem em cooperativas de crédito, que eles se cotizem e, depois, na hora em que eles precisarem de 10 mil reais emprestados, eles não tenham que trocar uma duplicata num banco, pagando os “juros da cara”. Ele pode ir à cooperativa dele e trocar essa duplicata a um *spread* muito mais barato.

Ao invés de a gente ficar chorando a baixa dos juros, e nem sempre eles vão baixar como se quer, é preciso que a gente crie mecanismos inovadores. Daí o sucesso que teve o chamado empréstimo consignado neste país, onde são praticamente 16 bilhões de dólares circulando na mão do povo trabalhador que fez convênio com os bancos através dos sindicatos.

Isso pode ser feito pelos nossos comerciantes. Eu tenho dito... em uma reunião com todas as Federações do comércio do Brasil esta semana, eu ponderei: gente, pelo amor de Deus, vamos organizar os trabalhadores em cooperativas, sobretudo os comerciantes, para que as lojas sobrevivam, para que não fiquem dependendo do Sistema Financeiro. Esta é uma coisa que vocês podem fazer. Esta é uma coisa que os prefeitos podem fazer, porque eu sei que os comerciantes também vão chorar, lá, que estão devendo, que estão quebrados. É hora de vocês se juntarem. Não é criar uma cooperativa para eles, porque assim não vai dar certo, cooperativa é uma coisa, querido Roberto Rodrigues, que só dá certo se houver a consciência dos cooperados de que é preciso criá-la, senão ela vai nascer morta.

Eu quero pedir para vocês que façam esse gesto, porque eu acho extremamente importante para que a gente mude um pouco a visão sobre a



situação dos pequenos comerciantes no nosso país.

Por último, eu quero dizer aos prefeitos o seguinte: vocês terão aqui, amanhã, 12 ministros conversando com vocês, amanhã e quinta-feira, e eu quero que vocês, independentemente, Paulo, do que for discutido ou falado com os ministros, aqui, eu acho que é importante, na carta que vocês vão aprovar, não sei se é uma carta, não sei se é um documento de Brasília, que vocês coloquem precisamente aquilo que vocês entendem que é o correto e que não façam a pressão individual em cima do governo federal; em cima do Senado ou da Câmara; que num determinado momento vocês reivindiquem a necessidade de uma reunião, entre o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara, o Presidente da República, seus assessores, para que, juntos, a gente possa construir alguma coisa que possa significar não só uma conquista da 8ª marcha de vocês, mas que possa significar vocês se prepararem para pedir muito mais na 9ª Marcha de Prefeitos do nosso país.

Meus companheiros, muito obrigado, boa sorte às mulheres que estão aqui, e feliz Dia das Mulheres. Eu acho que essa volta excepcional da quantidade de mulheres que estão participando, aqui, demonstra que as mulheres brasileiras resolveram ser donas do seu destino e não pedir mais licença para os homens.

Muito obrigado, gente.